

POR ENTRE VOZES E SOMBRAS: TRANSITANDO NAS TRAMAS INFORMAIS DO TRABALHO AMBULANTE EM CANINDÉ

Morgana Melca Braga Sampaio-IFCE¹
David Moreno Montenegro-IFCE²

Resumo: Esta pesquisa busca compreender como os trabalhadores ambulantes do município de Canindé desempenham suas atividades laborais dentro do circuito da informalidade, escrutinar as tramas sociais que conspiram para que esta parcela da sociedade sobreviva às margens dos direitos sociais e expor os dilemas desses trabalhadores que se movem nas zonas de sombra das políticas públicas municipais. Para tanto, a pesquisa assumiu caráter eminentemente qualitativo, investigação em que se dá voz aos sujeitos na tessitura diária das tramas de suas vidas, em que o método descritivo assumiu imensa importância, pois possibilitou a familiarização com as personagens deste estudo. Constatou-se que a *conflitualidade* é marca constitutiva da trajetória desses trabalhadores que vivem às voltas com processos violentos de remoções, além de terem suas demandas constantemente negligenciadas pelas autoridades locais. Foi possível encontrar elementos que apontam para uma complexa relação entre o que poderíamos chamar de *cidade legal* com outra dimensão que apontaremos como a *cidade ilegal*, relação que se configura como fundamental a ser analisada para se compreender o tênue equilíbrio entre essas forças sociais que possuem interesses diversos, por vezes contraditórios.

Primeiras Palavras...

Em ensaio³ recente intitulado “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”, o sociólogo Francisco de Oliveira, professor titular da Universidade de São Paulo (USP), levanta uma série de argumentos sobre como as classes dominantes brasileiras transmitiram às classes dominadas as formas de burlar as regras estabelecidas, utilizando a “astúcia” na solução dos problemas, características que para o autor constituem o “jeitinho brasileiro”. O sociólogo revela os modos como as classes dominantes instituíram na sociedade brasileira o caráter de “informalidade generalizada” de modo a abrir perspectivas para o surgimento do comércio informal no Brasil. Para ele a formação do *caráter nacional* é fruto das relações controversas e, por vezes contraditórias, que marcaram uma incapacidade histórica das classes dominantes de conviver com um sistema liberal ao passo em que estávamos imersos numa realidade escravista.

Dessa forma, o comércio informal teria surgido no Brasil, segundo o autor,

¹ Pesquisadora e graduada do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *Campus* Canindé. E-mail: morganamelca@gmail.com.

² Doutorando em Sociologia (UFC), Mestre em Sociologia (UFC) e graduado em Ciências Sociais (UECE). Professor de Sociologia do IFCE, *Campus* Canindé. E-mail: davidmmontenegro@hotmail.com.

³ Ensaio publicado no blog da Editora Boitempo. Ver: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/11/12/jeitinho-e-jeitao-uma-tentativa-de-interpretacao-do-carater-brasileiro/>>.

quando o café liderava o comércio mundial e a mão-de-obra escrava fora substituída pelos emigrantes. Ao invés de integrar o negro ao processo produtivo na medida em que se tornou força de trabalho liberada após a abolição da escravatura, a classe dominante preferiu contratar italianos e dar continuidade ao processo de importação de mão-de-obra para o país. Para os dominados, excluídos do processo de produção, a alternativa foi o comércio ambulante e a venda da força de trabalho nas residências burguesas. Teria assim surgido o setor informal como forma da classe dominante “obrigar” os dominados a encontrarem alternativas para subsistência.

A legislação trabalhista, criada por Getúlio Vargas, na década de 1930, pode ser compreendida, num primeiro momento, como uma tentativa de formalizar as relações de trabalho e assegurar direitos aos trabalhadores. Entretanto, o crescimento acelerado do capitalismo não conseguiu abranger o número de trabalhadores informais que também crescia por conta das próprias práticas excludentes do capital. Existia uma divisão até o início da década de 1970 que contrapunha relações assalariadas e trabalhos autônomos, as primeiras faziam parte do segmento moderno enquanto estes da subsistência. A ideia de que o segmento de subsistência poderia ser incorporado ao setor moderno era abraçada pelos especialistas da época que diziam serem necessárias algumas políticas desenvolvimentistas para contornar a distorção. Para a incorporação desses trabalhadores que estavam à margem foram realizados diversos programas sociais com o intuito de conhecer a realidade das populações, principalmente no Nordeste, e assim ampliar as oportunidades de ocupação e renda dos trabalhadores que estavam em meio a precárias condições de vida e de trabalho. Embora os estudos realizados na década de 70 e metade da década dos anos 80 tenham conseguido caracterizar e dimensionar, com ricos detalhes, o setor informal brasileiro, demonstrou-se incapaz de absorver a demanda crescente por emprego naquele período.

Até os anos 80 o setor informal era ocupado significativamente por idosos, analfabetos, migrantes ou pessoas com baixa qualificação profissional. Este quadro foi se modificando pelo constante aumento da demanda de emprego o que fez com que o setor informal passasse a incorporar trabalhadores qualificados que se propunham a receber salários mais baixos em troca da força de trabalho empenhada (TAVARES, 2004).

A década de 90 foi marcada pela ampliação do acesso ao crédito financeiro internacional sobre grande influência das políticas liberais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o que trouxe como consequências para o mercado de trabalho brasileiro o aumento das taxas de desemprego e informalidade, acompanhadas da crescente precarização

das condições de trabalho e da flexibilização das relações trabalhistas⁴. A implantação das políticas neoliberais tem seu marco temporal no governo de Fernando Collor, e se intensificaram de forma predatória no governo Fernando Henrique Cardoso, momento em que a característica principal foi a forte privatização das empresas estatais e a subordinação da economia nacional ao capital financeiro, assim como o alargamento das formas flexíveis do trabalho. As privatizações e o ataque aos direitos trabalhistas expulsaram muitos trabalhadores dos setores formais da economia.

Malagutti (2000) antecipou que o desemprego seria o destino provável dos trabalhadores por conta própria e que a informalidade não seria capaz de absorver a grande massa de trabalhadores expulsos do processo de produção do capital, agora em franca reestruturação. Para chegar a esse entendimento cruzou dados da taxa de ocupação formal, a taxa de informalização da economia e a taxa de desemprego. A partir disso percebeu que à medida que a taxa de formalização da economia decaía ocorria, *pari passu*, o crescimento das taxas de desemprego (38,0%), porém o mercado informal crescia a uma taxa de apenas 5,20%, concluindo que o mercado informal de trabalho já apresentava sinais de uma incapacidade em absorver a mão-de-obra dispensada pelo mercado formal. Assim, a década de 90 marcou transformações relacionadas ao trabalho informal, em que este assumiu uma série de características distintas que podem ser apreendidas pela dilapidação dos direitos trabalhistas, dos processos de terceirização e da reestruturação produtiva⁵.

Nesse sentido, complexificou-se o espectro para compreensão do fenômeno do setor informal na realidade brasileira, visto que não é somente o trabalhador individual que faz parte do setor informal, mas uma série de trabalhadores que tem suas atividades reconhecidas pelo Estado, mas que na verdade atuam como uma reserva de mercado que o capital não consegue inserir dentro do que se consideram os padrões formais de funcionamento da economia.

Portanto, compreender o “setor informal” envolve considerar na análise diversos segmentos, entre eles o comércio ambulante que nas palavras de Maria Augusta Tavares “[...] é o último refúgio dos demitidos, dos jovens que não conseguem o primeiro emprego e dos expulsos da zona rural embora a crise se encarregue de incluir entre as categorias referenciadas trabalhadores qualificados, às vezes até com formação superior [...]” (2004, p. 36). Em Canindé, o trabalho informal assume peculiaridades. Dado a natureza tradicional da economia

⁴ Sobre este assunto ver: ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do trabalho – Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

⁵ ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.

local e as romarias em homenagem a São Francisco, ele nasce vinculado a secular pobreza da região e ao turismo religioso.

Investigar como esses trabalhadores se inserem no comércio ambulante, compreender as formas de vida e trabalho no circuito da informalidade e trazer à tona os dilemas desses personagens constantes na história é tarefa de grande importância para compreender o crescimento do contingente de trabalhadores do setor informal. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como os trabalhadores ambulantes do município de Canindé, especificamente os que trabalham na Praça Tomaz Barbosa⁶, desempenham suas atividades laborais dentro do circuito da informalidade, verificar as expectativas de vida e futuro desta parcela da sociedade que sobrevive sem os direitos sociais garantidos, expor os dilemas desses trabalhadores que vivem à margem de qualquer política pública que os beneficie.

Os espaços, os sujeitos...

Este estudo se concentrou no município de Canindé, localizado no sertão central do Ceará, polo de peregrinação, que tem o fator religioso como um dos principais vetores da economia local que, devido à sua tradição, triplica sua população com a vinda de turistas/peregrinos no período dos festejos do santo padroeiro - São Francisco das Chagas -, ou na chamada alta estação, que se concentra entre os meses de setembro a janeiro, gerando um grande número de trabalhadores que sobrevivem da venda de artigos religiosos e *souvenir*. Conta com uma população estimada em 74.473 habitantes, segundo o Censo 2010, com apenas 5.308 empregos formais, sendo que o maior índice de contratação está na administração pública, 3.051 servidores, seguido dos setores de comércio e serviços, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012).

À margem desse comércio formal, dos números conhecidos, das atividades regulamentadas, existem os trabalhadores ambulantes que estão por todos os espaços da cidade. Eles estão nas ruas, praças, pontos turísticos, corredores religiosos, abrigos, zoológico. São crianças, adolescentes, homens, mulheres e idosos. São indivíduos que ocupam os espaços da cidade e atuam como personagens permanentemente invisíveis, que passam os seus dias se dividindo entre as atividades do lar e a dura realidade da subsistência e que

⁶ Diante das diversas grafias utilizadas quando referidas ao nome da praça em questão, que por vezes aparecem com “s”, “z”, ou “th”, adoto, aqui, a forma utilizada pelo pesquisador Augusto César Magalhães em seu livro mais recente. Para aprofundamento da temática consultar: PINTO, Augusto César Magalhães. **Viagem pela História de Canindé: ensaio cronológico e iconográfico, dos primórdios aos dias atuais**. Canindé, CE: Instituto Memória de Canindé, 2003.

geralmente só são percebidos quando atrapalham o trânsito, “enfeiam” a cidade, com suas barracas de lona sem formato nem padrão específico, quando são alvos de tragédias, como o incêndio que destruiu mais de cem barracas⁷ de ambulantes, ou quando já não são tão “suportáveis” para a Paróquia⁸ ou o poder público. Estamos falando de um universo de seiscentos e oito ambulantes⁹, cadastrados na Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Canindé. Estima-se que este quantitativo de sócios poderia ser bastante acrescido se os “ambulantes clandestinos” fossem cadastrados na associação em totalidade, segundo seus representantes.

Em Canindé existem dois locais em que são destacadas as práticas dessa atividade durante o ano inteiro: a Praça Tomaz Barbosa, que liga as ruas centrais da cidade ao maior destino religioso do município, a Basílica de São Francisco, e o Abrigo São Francisco, local mais afastado do centro da cidade onde os peregrinos ficam hospedados no período dos festejos ou nas romarias. De acordo com o que anotou Silva, “o trabalho de vendedor ambulante está inserido numa dupla perspectiva: “de um lado, as estratégias de distribuição de mercadorias de procedências variadas; de outro, as disputas pela ocupação dos pontos de comércio na rua” (2011, p. 59). Quanto ao último aspecto destacado, os ambulantes da Praça Tomaz Barbosa são alvo de atenção neste estudo por estarem localizados no coração da cidade e pelo local ser considerado o de maior rotatividade de turistas/romeiros, o que significa maior possibilidade de venda e consequente lucro para àqueles indivíduos que perfazem o número de cento e sessenta e dois ambulantes, ou como denominado pelos próprios trabalhadores o “filé”¹⁰ das romarias.

Compreender as formas de organização desses trabalhadores na informalidade e reconhecer a profundidade e complexidade dos problemas que eles enfrentam com a tentativa de expor as realidades desses indivíduos é objetivo principal deste estudo.

A todo caminhar se impõe o primeiro passo... Considerações metodológicas

⁷ Aqui, refiro-me ao incêndio que aconteceu no dia 18 de novembro de 2012, que destruiu cerca de 120 barracas e acarretou prejuízos da ordem de um milhão de reais para os trabalhadores. Para mais informações sobre este assunto ver: <http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=349345&modulo=971>.

⁸ Refiro-me à **Paróquia de São Francisco das Chagas de Canindé**. Assim como a religiosidade possui enorme influência sobre os modos de vida em Canindé, a instituição religiosa também exerce importante influência na vida religiosa, social e política da cidade, com penetração em vários aspectos da economia do município. Daqui em diante sempre que fizer menção a esta instituição religiosa a mesma aparecerá no texto como “Paróquia”.

⁹ O número de trabalhadores cadastrados foi fornecido pelo vice-presidente da Associação. Entrevista realizada em março de 2013.

¹⁰ Expressão utilizada pelos ambulantes da Praça Tomaz Barbosa para designar que trabalham na melhor área de vendas da cidade.

Caminante, no hay camino, se hace camino al andar (Antônio Machado, poeta espanhol)

A observação dos fenômenos, qualquer que seja sua natureza, constitui o núcleo básico de toda pesquisa científica. Dadas as enormes diferenças das vastas áreas do saber, sejam elas epistemológicas ou mesmo metodológicas, impõem ao pesquisador importantes cuidados com aspectos relacionados a seu estudo como: a natureza dos dados; o contato com o campo; o caráter repetitivo do processo de pesquisa (quando de uma abordagem qualitativa); a revisão bibliográfica; a construção progressiva do objeto de pesquisa; os postulados a serem desenvolvidos.

Para tanto, utilizei o método descritivo que assume imensa importância, pois fornece informações que possibilitam a familiarização com as pessoas e com o objeto de estudo assim como os mecanismos e atores através da precisão de detalhes, aspectos que a pesquisa quantitativa não conseguiria abordar da forma mais precisa (LAPLANTINE, 2004). Combinado ao método descritivo, enveredei pelo *estudo do cotidiano e do ordinário*, que objetiva informar as preocupações dos atores sociais vividas no cotidiano e dar vida às coisas tornadas comuns e efêmeras, como, por exemplo, o trabalho e a vida de homens e mulheres (DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRIST, Michele, 2008).

A pesquisa apresentou algumas dificuldades para sua realização, pois por se tratar de estudo inédito no município não há dados sobre quem são esses trabalhadores, como se organizam, suas condições de vida, como se tecem suas práticas laborais, quais aspectos os levam a buscar o comércio ambulante como alternativa de sobrevivência e quais os impactos das atividades desses indivíduos no contexto econômico e social da cidade. A falta de informações sobre essa parcela de trabalhadores no âmbito municipal é reflexo da ausência de estudos e análises que deveriam ser realizados no contexto dos governos nacional, estadual. O que se percebe nas pesquisas realizadas são apenas aspectos quantitativos que englobam o setor informal, mas sem distinguir quais as categorias que o compõe, tornando assim imprecisos os resultados, mesmo que quantitativos.

Para (re)construir a história desses indivíduos que se tornam elementos invisíveis das políticas públicas e que vivem sem perspectivas de ter os direitos sociais e trabalhistas garantidos, como aposentadoria, seguro desemprego, auxílio financeiro por acidente de trabalho, auxílio-maternidade, férias, décimo terceiro salário, adicional financeiro por insalubridade ou periculosidade, horas-extras, dentre outros, foi necessário reduzir a parcela de ambulantes que seria estudado e assim concentrar esforços nos camelôs que trabalham na

praça Tomaz Barbosa, praça central do município que faz a ligação entre as ruas centrais à Basílica de São Francisco, principal ponto de peregrinação de Canindé, por se caracterizarem ao longo da história do município como alvo das desocupações e denúncias dos poderes constituídos e da Paróquia, que tem forte influência nos processos administrativos da cidade. Para tanto, como estratégias para entender o universo e o cotidiano desses trabalhadores alguns passos foram percorridos, passos que, por diversas vezes, esbarraram na falta de informações e na imprecisão de dados, de modo que as próprias vozes dos camelôs foram o principal material desta pesquisa.

Como primeiro passo, foi realizado levantamento bibliográfico para fundamentação teórica e apreensão de conceitos como “informalidade”, “precariedade” e “precarização do trabalho”, “setor informal”, noções imprescindíveis para a discussão sobre as formas de vida e trabalho dos ambulantes. Nesta primeira fase também foi realizado levantamento de dados e estudos em órgãos governamentais que tratam de forma mais ampla sobre o setor informal e comércio ambulante como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE), Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), como também, num esforço de entender a realidade local, em órgãos municipais como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, além de ter sido realizada pesquisa, através da *internet*, em jornais regionais sobre o comércio ambulante em Canindé.

Em um segundo momento, procurei uma aproximação com o campo com o intuito de encontrar pistas que apontassem caminhos a serem seguidos por esta pesquisa. Neste sentido, quem teve fundamental importância foi o vice-presidente da Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Canindé, que atuou como *informante-chave*, recebendo-me e fornecendo informações gerais sobre as atividades dos camelôs enquanto atendia uns poucos clientes que de quando em vez passavam pela praça. Considero este passo fundamental na exploração do campo empírico da pesquisa, na medida em que as portas do complexo mundo dos ambulantes de Canindé a mim foram abertas.

Em seguida, como terceiro passo, realizei *entrevista semiestruturada*, com o vice-presidente da associação, abordando três grandes dimensões: a primeira, teve o objetivo de conhecer o universo do trabalho ambulante e o papel da Associação, de forma ampla, através do levantamento de informações básicas sobre o que ela é e como são as relações da entidade com o poder público municipal; na segunda, procurei, através da entidade, personificada na figura de seu vice-presidente que trabalha há cerca de quinze anos no setor, identificar os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e levantar informações sobre o perfil

dos ambulantes; por último, procurei entender a ocupação espacial do comércio dos camelôs na cidade, levantar quantitativo de trabalhadores, renda mensal e as áreas mais valorizadas para o comércio ambulante.

Dessa forma, munida com informações mais precisas do contexto geral em que esses trabalhadores estão inseridos, o passo seguinte foi realizar *entrevista aberta* com dois trabalhadores ambulantes em seus ambientes de trabalho com o intuito de dar voz aos principais personagens da pesquisa, fazendo com que eles revelassem os detalhes e sutilezas do próprio cotidiano, tentando apreender as impressões que aqueles indivíduos têm sobre eles mesmos e as formas de trabalho que desenvolvem, buscando entender angústias e perspectivas de futuro. Embora o trabalho desenvolvido não se trate propriamente de uma pesquisa que se utilize do método da *observação participante*, é fundamental destacar a importância do *método descritivo* (ou etnográfico), muito importante ao pensamento antropológico (também, nos dias de hoje, largamente utilizado pela Psicologia Social e Sociologia), que municiou com ferramentas valiosas a observação e elaboração teórica das experiências vivenciadas no campo da pesquisa.

Assim, as visitas a campo pautaram-se pelo critério da investigação de cunho descritivo com observância dos detalhes que compõem a realidade social, na busca pelo “[...] sentido que adquirem a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, assim como o sentido da ação individual quando ela se traduz em ação coletiva [...]” (DESLAURIERS; KÉRIST, 2008, p. 131).

O que Dizem as Vozes do Trabalho

As vidas, as gerações, os desafios... Lauro, o pai, Epifânio, o filho.

A nação de camelô é uma nação sofrida e só pra quem já é bastante acostumado a pegar no pesado, o que esses jovens de hoje não são (Lauro, trabalhador ambulante).

Quando os primeiros ambulantes instalaram barracas às margens do rio Canindé, rio que serpenteia o município, para vender artigos religiosos e outros tipos de mercadoria aos turistas-peregrinos que vinham para as romarias de São Francisco, na época em que a água era “- limpa e azul”, como contam alguns habitantes mais antigos da cidade, contrastando com a degradada situação em que se encontra o rio atualmente, o Sr. Lauro, 66 anos, filho de agricultores, casado, pai de cinco filhos e responsável por criar cinco netos – há muito tinha uma barraca no local. Nessa época, início dos anos 80, tempos que coincidem com a sua

chegada à cidade, trabalhava vendendo bebidas alcoólicas para os peregrinos e permaneceu no local desenvolvendo a atividade durante oito anos, onde por ocasião da construção de uma passagem molhada¹¹ no local teve que, junto com outros companheiros, procurar outro local para praticar as vendas. Também foi nesse período que decidiu parar de vender bebidas alcoólicas e passou a comercializar artigos religiosos.

Lauro nasceu em Cameté, distrito de Canindé, porém, em sua certidão de nascimento consta que é natural de Aratuba, lugar em que morou com a família durante trinta anos. As decepções com a criação dos assentamentos e com as dificuldades que encontrava na agricultura o fizeram mudar com toda a família para Canindé, lugar em que, segundo seu julgamento à época, reunia melhores oportunidades de vida. Ao ser expulso do primeiro lugar onde conseguiu trabalhar, às margens do Rio Canindé, ele e os demais camelôs seguiram em busca de outros locais para fixarem suas barracas e garantirem o sustento de suas famílias. Nessa busca Lauro e Eliane, sua esposa, que também é trabalhadora ambulante, ocuparam diversos locais, entre eles a praça da igreja matriz e ruas centrais da cidade, que atualmente compõem o corredor religioso do município, antes de se fixarem na Praça Tomaz Barbosa, local que trabalha há quinze anos.

Tendo a rotina de trabalho moldada de acordo com o fluxo turístico da cidade, decorrente da grande peregrinação ao santo padroeiro do município, que acontece durante os meses setembro, outubro e dezembro¹², o casal enfrenta, nesse período, uma dura rotina de trabalho em que têm que abrir a barraca às quatro horas da madrugada sem hora definida para fechá-la, caso queiram acumular mais dinheiro para garantir melhores condições de vida durante o restante do ano. Para deixar a barraca aberta por mais tempo, realizam rodízios entre si ou fazem as refeições no próprio local, mas a regra é nunca fechar o comércio enquanto existir movimentação dos peregrinos e ficar atento à programação da igreja para não perder a hora da chegada e saída dos peregrinos que se deslocam para a igreja matriz ou para os que chegam através das romarias.

Durante os outros meses do ano a jornada é menos cansativa, abrem a barraca às sete da manhã e fecham ao meio dia, no entanto, a renda familiar diminui significativamente devido ao baixo fluxo de peregrinos no município. Há algum tempo Lauro percebeu que

¹¹ A passagem molhada se trata, em geral, de estrutura feita de alvenaria, argamassa, cimento, pedras em córregos, riachos e rios, como forma de evitar que períodos chuvosos possam comprometer a estrutura de estradas e vias rurais.

¹² O mês de novembro não é citado, pois os ambulantes o consideram como período de baixa estação.

poderia baratear e vender mais mercadorias se ele mesmo as produzisse, então resolveu aprender a arte, e com a ajuda de um neto de 19 anos, molda, fabrica, faz a pintura e armazena as imagens que irá vender durante o restante do ano, com isso aproveita o tempo ocioso dos períodos de baixa estação e aumenta a possibilidade de conseguir melhor renda para a família.

Lauro conseguiu se aposentar há cinco anos como agricultor, e embora ele e a esposa tenham “- dinheiro garantido” no final do mês, sente a necessidade de trabalhar para aumentar a renda da família, além de temer se sentir inútil e adoecer se não puder mais trabalhar e, por isso, mesmo que com pouco movimento, diz que é preciso abrir a barraca diariamente. Com bom humor, afirma que mesmo se fosse só para jogar conversa fora ou observar o movimento da cidade isso, por si só, já justificaria o esforço a mais.

Embora não queira parar de trabalhar como ambulante, pois como falou “já se acostumou com o que faz”, quando indagado sobre o futuro dos filhos e netos percebeu certa aflição na face daquele senhor. O receio era que os filhos desenvolvessem a mesma atividade que ele e, por conseguinte, sofressem com as mesmas agruras deste trabalho. Mas, os filhos não eram a maior preocupação, afinal “- estão espalhados pelo Estado”, sua maior preocupação era com a possibilidade dos netos exercerem a mesma atividade que ele, pois “a nação de camelô é uma nação sofrida e só pra quem já é bastante acostumado a pegar no pesado, o que esses jovens de hoje não são”. Para os netos que moram com ele, pensa e incentiva que estudem para conseguir mais conforto durante a vida e não precisarem passar por determinadas privações como, por exemplo, as alimentares, pois como disse: “- quando a época tá melhor a gente compra uma carne de porco, uma carne de gado... e mistura, né? Quando a época ‘fraqueja’ é só o frango.”

Dos cinco filhos de Lauro o único que trabalha no mesmo ramo do pai é Epifânio, 45 anos, vice-presidente da Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Canindé, pai de um casal de adolescentes e casado há 27 anos com Jeruza, que também é ambulante e atual presidente da associação. Sua esposa pode ser considerada como a grande influenciadora de Epifânio para entrar na profissão, pois acostumada desde criança a trabalhar com o tio, também camelô, aprendeu as “manhas” da profissão e as ensinou para o marido que, no começo, aparentava não possuir nenhum tipo de aptidão para o ramo.

Epifânio, assim como o pai, tem suas raízes na agricultura e conciliava suas atividades de trabalho de acordo com o período que era bom para o plantio, ou seja, no inverno. Antes de se tornar ambulante, chegou a trabalhar como balconista, garçom e carreteiro, fazia bicos para conseguir dinheiro, e no inverno voltava para Palmatória, distrito

do município de Aratuba, para realizar o plantio de milho e feijão. Mesmo quando passou a desenvolver sua ocupação atual essa rotina de vida se repetiu por alguns anos até que, assim como o pai, se desiluiu com a agricultura e dedicou-se ao comércio ambulante.

A partir das várias conversas que mantive com alguns ambulantes e com o relato de outros tantos trabalhadores do setor, porém que não aparecem explícitos nessas páginas, pois extrapolaria os limites deste artigo, foi possível constatar que o universo desses trabalhadores é composto, em parcela significativa, pelos “expulsos” da agricultura. Outro elemento a ser considerado é o fato de muitos ainda manterem atividades no campo como complemento de renda durante a época de baixa estação, ou seja, ainda se dividem entre o plantio do roçado e o trabalho ambulante na cidade. Ao analisar a situação dos ambulantes da cidade de São Paulo, Carlos Freire da Silva avalia o desenvolvimento desse comércio como resultado de uma combinação de três fatores: “industrialização incapaz de absorver o amplo contingente de trabalhadores que se apresentava nas grandes cidades, pelo crescimento desordenado dos centros urbanos não acompanhado de serviços básicos e pela não generalização de trabalho assalariado segundo os direitos trabalhistas” (2011, p. 57).

No município de Canindé, embora não se trate de uma grande metrópole, pode-se considerar que na ausência de uma política de desenvolvimento industrial no município capaz de absorver mão-de-obra e, por outro lado, pela atratividade que o mesmo exerce sobre trabalhadores de distritos e cidades vizinhas, trazidos pelas oportunidades de negócio geradas pelos movimentos de turistas-peregrinos – crescimento não acompanhado pelos serviços básicos -, diante ainda, do recrudescimento do trabalho formal, o comércio ambulante tem se mostrado uma alternativa que tem atraído importante parcela dos trabalhadores rurais nos últimos anos. O caráter de hipótese não investigada por não se tratar de objetivo deste trabalho, faz ficar aqui registrado o que pode acabar por se tornar o fio condutor de futuras investigações que versem sobre o tema.

O cotidiano dessas famílias, bastante sacrificado pelas próprias condições de trabalho, com a obrigação de criar filhos e obter recursos para própria subsistência é o retrato de muitas outras famílias de ambulantes que vivem sob as mesmas circunstâncias, sem o auxílio de políticas públicas, direitos sociais e trabalhistas, além das constantes tentativas de remoções dos espaços públicos que ocupam impetradas ao longo dos anos pelas gestões municipais, poder judiciário e pela Paróquia, que, segundo Lauro, quer a retirada dos ambulantes do local por não ter como competir com o menor preço das mercadorias que oferecem.

Epifânio ao falar sobre a sua atividade de camelô demonstra expectativa com a possibilidade de construção de um camelódromo pela atual gestão municipal e lembrou o sofrimento e aflição dos ambulantes diante das duas mais incisivas tentativas de remoção que sofreram: a primeira aconteceu, segundo Epifânio, no ano 2000, quando o chefe do poder executivo municipal, sob a alegação de buscar reordenar o espaço urbano determinou a desocupação imediata da Praça Tomaz Barbosa. No entanto, por tomar a medida de forma arbitrária, ou seja, sem realizar nenhum tipo de diálogo com as lideranças dos trabalhadores e sem planejar para onde os camelôs seriam transferidos, fazendo uso somente da força policial e do poder da lei, a praça foi transformada em área de conflito entre a polícia militar e os trabalhadores que resistiam em sair do local. Sabendo previamente da possível desocupação que iria acontecer, os ambulantes se anteciparam e convocaram as emissoras de televisão para noticiar a situação.

Temendo que a notícia ganhasse repercussão, a prefeitura desistiu de realizar a remoção pelo fato de ter gerado indignação na população, por conta da arbitrariedade do ato, e o conseqüente desgaste da imagem da gestão; a segunda tentativa¹³ de remoção é mais recente, aconteceu em maio de 2012. Na ocasião o juiz da 1ª Vara da Comarca de Canindé, recomendava à Prefeitura Municipal que cumprisse a lei do Código de Obras e Posturas do Município¹⁴, que determina a retirada de qualquer tipo de mercadoria dos espaços de grande movimentação de pedestres como calçadas e praças centrais.

Este tipo de conflitualidade envolvendo o poder público e trabalhadores ambulantes também são aspectos que caracterizam a luta e adversidades que os trabalhadores do comércio irregular enfrentam em outras cidades. Em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, recentemente, o poder público municipal realizou ações que visavam reprimir o comércio irregular, definindo horários e locais fixos para sua realização, com o argumento de requalificar o centro da capital, devolvendo à população os espaços públicos e garantindo melhor fluxo do trânsito nas áreas centrais da cidade. Entretanto, essas constantes tentativas de desobstrução e desocupação desses espaços, que poderiam ser chamados de “camelódromos a céu aberto”, impactam diretamente na vida dos trabalhadores que subsistem e garantem condições mínimas de dignidade para suas famílias através do comércio.

¹³ Recomendação do juiz da 1ª vara da comarca de Canindé para o cumprimento do Código de Obras e Posturas do Município de Canindé. Ver em: <http://radiojornal540.com/justica-determina-desocupacao-de-calcada.html>.

¹⁴ Lei 1.650/00 de 22 de dezembro de 2000.

A última ação¹⁵ realizada pela gestão municipal de Fortaleza previa a desocupação da tradicional feira que acontece aos domingos nas proximidades da Catedral Metropolitana, o que gerou revolta e reação dos ambulantes que consideraram inadmissível a retirada arbitrária sem que o poder público ofereça, em contrapartida, outro espaço para a atividade. A resistência dos trabalhadores de permanecer no local, que muitas vezes culminam em violência e detenção, assim como as falas que parecem se combinar em discurso uníssono “- A gente não tem outro sustento”¹⁶ revelam a vida e as condições de trabalho dos ambulantes que se submetem constantemente, por não terem outra opção de trabalho, às pressões realizadas pelos poderes constituídos. O caminhar no incerto, no impreciso, mostra a fragilidade social que estes indivíduos estão envolvidos e montam um quadro que é recorrente nas grandes e médias cidades brasileiras.

Em Canindé, a recomendação de retirar em um prazo de cinco dias todo tipo de mercadoria que obstruísse os logradouros públicos centrais, que seria realizada tendo por base apenas a legalidade, gerou grande apreensão por parte dos donos de estabelecimentos comerciais do centro da cidade que frequentemente utilizam as calçadas dos seus negócios como extensão do próprio comércio ou, por várias vezes, alugam esses espaços para ambulantes com o intuito de aumentar lucros. Já para os ambulantes, principalmente os que trabalham nas praças centrais, mais do que apreensão e ansiedade a pretensa ação judicial gerou pânico, pois diferente dos comerciantes eles não têm outras fontes de renda. A profundidade do quadro aumenta na medida em que compreendemos que “esse mundo social (...) é atravessado por uma expansiva trama de ilegalidades que se entrelaçam nas práticas urbanas e em suas mediações, circuitos e redes sociais” (TELLES, 2007, p. 203). Nesse sentido, “essa indistinção entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, o oficial e o paralelo já compõe o estado de coisas, na justaposição de redes (políticas, econômicas, nacionais e

¹⁵ Tratou-se de ação realizada pela prefeitura municipal de Fortaleza para remoção dos ambulantes que trabalham em ruas centrais da cidade. Ver em: <http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=1263867>. Destaco ainda caso semelhante que aconteceu em janeiro de 2013, na cidade de Russas, interior do Estado do Ceará, em que devido à ocupação desordenada das calçadas e ruas centrais por trabalhadores ambulantes, a Secretaria de Infraestrutura determinou a retirada dos mesmos no prazo de 24 horas em cumprimento ao Código de Obras e Posturas do Município. Segundo as autoridades daquele município os índices do comércio ambulante vêm crescendo devido ao desemprego e os ambulantes, por sua vez, corroboram com este discurso quando afirmam que esta é a única fonte de renda para sobrevivência. Contudo, foi realizada reunião entre os trabalhadores e o poder público municipal e determinado que os ambulantes permaneçam nos locais de origem até uma nova decisão do gestor máximo do executivo municipal. Como em outros casos o poder público não forneceu alternativa para locação dos ambulantes o que além de não extinguir o conflito instaurado entre trabalhadores e poder público, ainda prolonga a angústia e incertezas das famílias que encontram nessas atividades sua sobrevivência. Para informações sobre o ocorrido ver: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=353423&modulo=971>.

¹⁶ Relato de um trabalhador frente à tentativa de remoção dos ambulantes que praticam o comércio informal nas proximidades da Catedral Metropolitana de Fortaleza.

transnacionais) e as atividades ilícitas” (*idem*, p. 205).

Após entrevistas e declarações acaloradas nas emissoras de rádio da cidade entre o juiz da Comarca de Canindé e Epifânio, na época presidente da associação dos camelôs, realizou-se audiência pública com intuito de prolongar o prazo de ocupação e buscar formas pacíficas para remoção e nova alocação dos camelôs, mas como Epifânio disse: “a gente foi pra várias reuniões, o tempo passou, eles se esqueceram do assunto e a gente continua aqui”. É nesse sentido que:

As sucessivas tentativas e os fracassos da regulamentação pública dos pontos ocupados nas ruas e o jogo complicado de tolerância e repressão despertam uma série de conflitos e acordos que envolvem os próprios ambulantes, lojistas, políticos, fiscais da prefeitura, associações, sindicatos e até grupos criminosos (SILVA, 2011, p. 59).

Do jovem tímido e sem aptidão para as vendas, que se escondia atrás da barraca quando percebia a chegada de clientes, ao longo dos anos, com a ajuda da esposa, já experiente no setor, tornou-se um trabalhador ativo e conhecedor da realidade de trabalho do ambulante e das condições de vida. Epifânio e a esposa se destacaram entre os demais trabalhadores e trouxeram pra si a responsabilidade de estar à frente do movimento dos ambulantes. Há dez anos se revezam na presidência da associação ganhando credibilidade junto aos outros trabalhadores. Até que ponto esta alternância à frente do movimento tem sido algo salutar para a representação da classe é algo que carece de melhor avaliação. Atualmente, Epifânio e a família trabalham para a Prefeitura Municipal e o comércio ambulante ficou para o final de semana, pois não há mais como conciliar as atividades administrativas que assumiram na prefeitura e a venda dos artigos religiosos. Apesar disso, afirma que não vai abandonar o comércio ambulante porque “- o sangue de camelô corre nas veias” e já esquematiza como será a venda dos artigos religiosos na época dos festejos.

Embora esteja trabalhando na Prefeitura, Epifânio diz que não abandonou a vice-presidência da associação e que existe um diálogo constante com o chefe do executivo municipal para conseguir um espaço adequado para os trabalhadores que representa ou, pelo menos, de forma inicial e emergencial, conseguir a padronização das barracas para que o nível de segurança aumente e não aconteçam mais tragédias como o incêndio ocorrido no último dia 18 de novembro que, possivelmente, aconteceu, provavelmente, devido um curto-circuito nas instalações elétricas, reduzindo a cinzas cerca de 120 barracas, que já estavam abastecidas

para as vendas do natal, causando prejuízos de cerca de um milhão de reais para os ambulantes, danos que foram em parte aplacados com a sensibilização da comunidade que doou alguns bens para que a Associação realizasse um sorteio e conseguisse diminuir as perdas causadas aos ambulantes.

A realidade dos outros camelôs ainda não mudou e vão vivendo com o esquecimento das autoridades. Esta negligência, por vezes, tem se revelado “favorável” aos trabalhadores na medida em que adiam planos de remoção das áreas ocupadas, evitando atritos e tensões entre aquelas e estes. Por outro lado, o esquecimento se mostra “desfavorável”, já que não é gerada nenhuma política que dê perspectiva de emprego e tire aquele trabalhador do comércio ambulante, dando melhores condições de vida e estabilidade financeira, como também não há realidade concreta para criação de camelódromo que aponte para uma condição de maior segurança no trabalho. O cotidiano da incerteza é a única permanência com a qual esses trabalhadores convivem.

Do cotidiano à política – Epifânio, “homem sofrido que se acostumou a pegar no pesado”

Do trabalho no campo, passando pelo serviço de garçom aos fins de semana em um clube da cidade, à lida diária na venda de artigos religiosos na condição de ambulante, Epifânio, aquela figura simpática e solícita, não tardou em assumir a condição de ativo militante na luta por direitos e melhorias das condições de trabalho e vida da categoria que passara a representar na condição de vice-presidente de sua associação.

A Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Canindé foi fundada em 18 de agosto de 2000 e representa um universo de seiscentos e oito camelôs, mas poderia ter o número de seus associados duplicado se os demais ambulantes que atuam na cidade realizassem o cadastro, segundo seu vice-presidente. Para manter-se em funcionamento cobra uma taxa de dezoito reais por ano a seus filiados, e atualmente busca parcerias com a Prefeitura para realizar projetos para a melhoria das condições de vida e trabalho dos seus representados. Embora não faça parte do organograma da gestão municipal, a Associação está diretamente em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município, seja através do pagamento de taxas no período dos festejos do padroeiro, ou mesmo na delimitação dos espaços para a realização da atividade¹⁷.

¹⁷ Informações obtidas com o vice-presidente da Associação Profissional dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Canindé.

Falar sobre esses trabalhadores é descrever um universo desconhecido e conflitante, pois não existem pesquisas no município e muito menos da Associação que trace o perfil dos ambulantes, os níveis de influência que esse segmento tem sobre a economia do Município e as condições de trabalho que são submetidos. Os problemas enfrentados são vários e esses trabalhadores são afetados tanto pela sazonalidade do *turismo de peregrinação* como pela falta de perspectivas para a melhoria das condições de trabalho, vida e o sustento da família.

No período da Festa de São Francisco as praças e ruas da cidade são loteadas pela Prefeitura e existe a disputa pelos espaços por parte dos ambulantes, que são moradores de Canindé, e os que vêm de outras cidades e Estados, para realizar a venda de suas mercadorias. Os trabalhadores se sentem como “agentes influenciadores na economia da cidade” ao realizarem a compra dos produtos de subsistência que existem no município, mas não se sentem parte integrante nas políticas de beneficiamento e tampouco das prioridades municipais, pois, como disse o Epifânio: “Compramos a cesta básica, roupas, miudezas, aparelhos eletrônicos, fogão, televisão, geladeira e a Prefeitura abre frequentemente espaços para outros ambulantes (não residentes) que não gastam dentro do Município”, fato que não acontece frequentemente com os que residem na cidade.

O comércio ambulante esbarra em interesses diversos, sejam os da Paróquia, da própria população, ou do poder público municipal: a Paróquia considera alguns espaços do município de Canindé como corredor religioso, “espaços do sagrado”, que não podem ser ocupados pelos ambulantes, mas esse espaço religioso vem com o passar do tempo se expandindo e abrangendo outros locais, o que acaba “complicando a vida do camelô”, pois tem o seu limite de atividade cada vez mais reduzido. Epifânio cita como exemplo a Rua Gervásio Martins, rua que liga a Basílica de São Francisco à Igreja das Dores, que há cerca de nove anos não pode ser utilizada pelos camelôs do município, entretanto, o é por ambulantes de outras cidades todas as quartas-feiras. Não há concordância nesse tipo de assunto por parte dos ambulantes, pois, na visão deles, estão sendo obrigados a “ceder um direito” que seria deles para terceiros; as críticas da população se dão especificamente à ocupação da Praça Tomaz Barbosa, pois a consideram o “coração da cidade”, e, por vezes, criticam o espaço por ser desorganizado e desordenado.

De sua parte, a Associação reconhece que a ocupação é ilegal e que a população tem direito de usufruir dos espaços públicos da cidade. Porém, os trabalhadores, por falta de local apropriado e emprego, alegam que precisam continuar com a ocupação, pois o desordenamento acontece por conta da falta de apoio político, pois a ideia inicial é que se

estabeleçam padrões de embelezamento da praça que segundo a Associação poderiam ocorrer através da definição visual das barracas que ocupam o espaço, o que melhoraria o aspecto da praça e traria mais segurança aos trabalhadores que estariam realizando suas atividades com normas de segurança mínimas, evitando acidentes. Já o desgaste com a gestão pública municipal acontece pela própria falta de políticas para a resolução das ocupações irregulares, na falta de providências mínimas para melhoramento dos locais e condições de trabalho dos ambulantes, e nas medidas que a gestão se vê “obrigada a tomar” quando instituições e órgãos públicos, como a Paróquia ou o poder judiciário, resolvem aplicar as leis vigentes e solicitam a retirada dos ambulantes dos seus locais de trabalho.

Segundo Epifânio, a distribuição dos camelôs na cidade se dá, prioritariamente, nos seguintes locais: Abrigo São Francisco e a extensão da “Rua da Palha”, Mercado Novo, Praça Azul, “Rua da Catequese”, Praça Tomaz Barbosa, Rua João Pinto Damasceno, Rua 29 de julho, Estátua de São Francisco e Zoológico, sendo que a Praça Tomaz Barbosa é considerada, pelos camelôs, o local de melhor localização para a venda de mercadorias e a estátua de São Francisco é o único local em que a Associação não observa e coordena a movimentação dos trabalhadores, pois outra entidade foi criada, há dois anos, e passou a ser “-responsável legal por aqueles trabalhadores”.

Os trabalhadores que ocupam a Praça Tomaz Barbosa trabalham há quinze anos no mesmo local e são sucessores de outra leva de ambulantes que anteriormente vendiam suas mercadorias no mesmo espaço e que foram transferidos, através de uma política da gestão municipal daquele período, para um prédio, em que funciona a atual galeria Frei Lucas Dolle, empreendimento que fica próximo à praça e a Basílica. Na praça existem cerca de cento e sessenta e dois ambulantes trabalhando, tanto nas barracas de lona quanto nos conhecidos “T's”¹⁸, que na alta estação dedicam-se exclusivamente para o comércio e, na baixa estação, por depararem com renda mensal de trezentos a quatrocentos reais, desenvolvem atividades ligadas à agricultura ou trabalham como serventes, pedreiros, eletricitas, entre outras atividades, sempre, porém, marcadas pela informalidade e sazonalidade.

Diante da predominância de formas não convencionais de ocupação laboral na atual configuração do mercado de trabalho, faz-se necessário pensar o trabalho e a natureza das ocupações desses trabalhadores numa perspectiva mais ampla, menos restritas às relações hierárquicas das empresas (na perspectiva da formalidade) e mais focadas nas dinâmicas de produção e circulação das riquezas. É nesse sentido que não se compreende este universo a

¹⁸ Correspondem a estruturas de madeira ou ferro no formato da letra “T”, utilizados para transporte e venda de mercadorias.

partir de uma análise que prime pelas carreiras lineares das empresas, mas se mostra possível a partir de um redirecionamento do olhar para a “viração cotidiana” das pessoas que lutam diariamente na busca por formas de geração de renda não baseadas em assalariamento. Nesse sentido, “a viração é entendida aqui como mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade, e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais. É um tipo de trabalho que depende do ‘fazer acontecer’ a cada dia (seja para vender, seja para garantir a permanência no ponto), mas está envolvido em processos mais amplos de produção e circulação de riquezas e gera excedentes para quem controla os momentos estratégicos desses processos” (SILVA, 2011, p. 60).

O que Dizem as Vozes do Poder

A Questão dos ambulantes na Conferência Municipal das Cidades - 2013

“Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já” - este foi o tema da última Conferência Municipal das Cidades realizada no município de Canindé, no dia 10 de abril de 2013. Com o intuito de promover momentos de avaliação e definição de prioridades no que se refere à elaboração e aprimoramento de políticas de desenvolvimento urbano, os debates abordaram problemas enfrentados pelo Município referentes à problemática urbana. A conferência contou com a participação de diversos atores sociais representantes do poder legislativo, entidades de classes, sindicatos, associações, movimentos sociais, estudantes, empresários locais e organizações não-governamentais (ONGs).

Temas como a ocupação do solo urbano, reelaboração do plano diretor, gestão dos recursos hídricos, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, integração das políticas urbanas aos diferentes planos setoriais do município, políticas e plano de habitação municipal, política fundiária e acessibilidade urbana foram abordados, embora em muitos casos de forma superficial e meramente exploratória. Assuntos como ocupação dos espaços públicos, acessibilidade e mobilidade urbana são indissociáveis da questão do comércio ambulante que é agente modificador da paisagem e da relação do morador e do visitante com a cidade. Entretanto, para além dessa relação é necessário discutir a própria função social que o trabalho ambulante exerce no Município e quais políticas estão sendo aplicadas para melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores.

O *turismo de peregrinação*, forte influenciador da economia canindeense, é refúgio para os trabalhadores que ficam à margem dos empregos formais e é no período de alta estação, setembro, outubro e dezembro, que várias famílias que trabalham no comércio

ambulante conseguem mais recursos financeiros para provimento de suas famílias com a venda de mercadorias e *souvenirs* para turistas-peregrinos. Por outro lado, essa parcela da população também sofre com a baixa estação, com a instabilidade financeira e as condições de trabalho.

Durante a conferência, quando indagada se a gestão municipal tem algum projeto elaborado para a retirada dos ambulantes da Praça Tomaz Barbosa em que elementos como a perspectiva de geração de emprego ou alocação desses trabalhadores para galpão ou prédio apropriado com condições de segurança mínimas sejam pontos prioritários, sem a necessidade de realizar ações arbitrárias que utilizem a força policial, como aconteceu em gestões passadas¹⁹, ou apenas utilizando o poder da legalidade, sem a realização de audiências ou debate amplo com os trabalhadores, a secretária municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura respondeu que a prefeitura pretende trabalhar com os ambulantes sob duas perspectivas: a primeira estaria focada na implantação de política econômica, a ser realizada conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com o intuito de atrair empreendimentos geradores de emprego, como, por exemplo, fábricas e linhas de crédito para financiamento de pequenos empreendedores com a finalidade de tentar reduzir o número de ambulantes na cidade; a segunda abordagem estaria focada na realização de amplo debate com os associados para implantação de projeto de remoção dos locais de grande fluxo, no entanto, o projeto não foi detalhado e nem citadas as ações iniciais para o seu desenvolvimento.

Em outra parte da fala da secretária ficou evidente que a Prefeitura “- não quer cometer o erro de gestões passadas” no que se refere à retirada dos camelôs, pois há algum tempo, cerca de 20 anos, já existiam trabalhadores ambulantes na Praça Tomaz Barbosa e imediações do centro da cidade que foram retirados desses espaços e transferidos para um antigo prédio público que foi transformado em galeria, a atual galeria Frei Lucas Dolle, também no centro da cidade. Na ocasião não houve um processo de conscientização desses trabalhadores por parte da gestão municipal e “- logo em seguida esses ambulantes venderam os boxes e voltaram a ocupar a praça”, afirmou a secretária.

Também foi ressaltado, pela secretária, que além de existir o processo de ocupação irregular dos espaços públicos, por parte dos ambulantes, esses trabalhadores acabam atuando como “agentes influenciadores” para os comerciantes da cidade, pois estes partem do pressuposto de que “- se os ambulantes não pagam impostos à prefeitura e tem

¹⁹ Como exemplo cito a tentativa de remoção ocorrida no ano 2000, em que aconteceram confrontos entre os ambulantes e a polícia militar, fato que já tratamos anteriormente no texto.

direito de utilizar calçadas e praças, então, já que eu pago, também posso fazer uso desses espaços”. A questão das ocupações irregulares é fato presente no dia a dia da cidade e ainda não existe ação efetiva para resolução da situação, como também não existem dados qualitativos de quem são esses trabalhadores, de como se organizam, quais suas condições de vida e tão pouco debate sobre as razões estruturais do surgimento da atividade. Espero que este trabalho constitua um passo que contribua na mudança deste cenário de negligência, violências e sombras.

Considerações Finais

Com o intuito de realizar estudo para compreender as formas de trabalho e vida dos ambulantes do município de Canindé, entender como desenvolvem suas atividades no âmbito da informalidade e examinar os fatores que contribuem para que esses trabalhadores permaneçam à margem dos direitos sociais, assim como entender os dilemas e reconhecer as relações complexas nas quais estão envolvidos, tomei como base de estudo os ambulantes que trabalham na Praça Tomaz Barbosa do município de Canindé, por se caracterizarem historicamente como alvo de remoções e por ocuparem a área mais valorizada como ponto de vendas, o “coração da cidade”, o que os tornam símbolos da atividade ambulante no município.

Na pesquisa pude constatar que não existem estudos confiáveis que apontem como esses trabalhadores se organizam, quantos são, quais as influências que exercem na economia municipal, entre outras questões que permanecem sem resposta. O que há são apenas cadastros que só expõem o quantitativo de trabalhadores, sem fazer análises mais profundas que possam permitir interpretações mais aproximadas do real. Assim, no hiato deixado pela ausência de pesquisas sobre a realidade desses trabalhadores, questões sobre as condições de trabalho são constantemente negligenciadas pelas gestões municipais que se sucedem há décadas.

Do mesmo modo, faltam ações em relação aos direitos sociais e trabalhistas; políticas que visem a melhoramentos das condições físicas do local que, hoje, comporta barracas de lonas que se tornam catalizadores em ocasião de incêndios e são instaladas de forma precária; ou no provimento de infraestrutura mínima de sanitários e bebedouros para satisfação das necessidades básicas essenciais de todo e qualquer trabalhador. Assim, entendo que é marca característica dessas atividades a vulnerabilidade social em que as incertezas parecem imperar no cotidiano de vida desses trabalhadores.

Os ambulantes parecem transitar por uma *zona de sombra*, esquecidos pelas autoridades acabam por viver à margem das políticas públicas, cujas demandas e necessidades parecem não serem percebidas. Entretanto, parecem ganhar notoriedade pública, páginas nos jornais e espaços nas rádios quando são alvos de tentativas abruptas de remoção de seus locais de trabalho. A *conflitualidade* é marca presente na trajetória desses trabalhadores que vivem às voltas com ameaças explícitas e, por vezes, veladas das autoridades locais que, constantemente, ameaçam “cumprir a lei”, procedendo a um processo de “limpeza urbana”. Isso implica que acordos nem sempre transparentes acabem por manter precário equilíbrio entre as forças que se apresentam em disputa – autoridades públicas (judiciário e executivo), autoridades religiosas, trabalhadores ambulantes, empresários do comércio, entre outros atores sociais.

Lauro quando aprendeu a fazer os moldes e fabricar as imagens dos santos que vende em sua barraca, não tinha a noção de que a sua própria vida e a de seus companheiros de trabalho também são moldadas de acordo com as conveniências políticas, que são os desígnios do esquecimento premeditado, e dos fluxos sazonais. Este último é elemento definidor das rotinas precárias de vida e trabalho dos ambulantes que tem suas vidas atreladas às vicissitudes, onde em épocas de alta estação – períodos de intenso fluxo de turistas-peregrinos - trabalham cerca de dezenove horas por dia e conseguem aumentar a renda da família e fazer reservas para o sustento durante o restante do ano, o que não acontece nos meses de fevereiro a agosto, em que a rotina laboral é em média de cinco horas diárias, mas, no entanto, não têm nenhuma garantia de renda.

De onde vêm esses trabalhadores? Nesta pesquisa, foram identificados indícios de que a falta de condição de trabalho no campo, aliada à ausência de políticas de emprego e renda que garantam a empregabilidade nas áreas urbanas, além do crescimento da zona urbana do Município devido à atratividade que exerce na região, porém que ocorre sem a extensão dos serviços básicos, podem funcionar como elementos impulsionadores da migração de trabalhadores, antes situados no campo, para a zona urbana canindeense. A informalidade parece ter sido o refúgio desses trabalhadores.

Encontramos elementos que apontam para uma complexa relação entre o que poderíamos chamar de uma *cidade legal* com outra dimensão que apontaremos como a *cidade ilegal*. Trata-se da imbricação de interesses de diversos agentes que compõem as tramas do universo do trabalho ambulante na cidade de Canindé, que envolvem aspectos ligados à legalidade jurídica, porém outros que envolvem a negligência e a conivência com práticas que remetem à ilicitude e que acabam por envolver diversos atores sociais. Entretanto, parece-me

que este equilíbrio entre o legal e o ilegal, que tem como contraface os interesses manifestos de diversos atores sociais, que muitas vezes se mostram contraditórios (os trabalhadores ambulantes, a paróquia, o poder público municipal, autoridades judiciárias e a população), apresenta-se como questão fundamental a ser desvendada para se compreender o tênue equilíbrio entre essas forças que, quando abalado, pode desencadear processos variados de violência, gerando injustiças e encobrendo feridas profundas de nossa sociedade.

Referências

Acordo Provisório Mantém Camelôs no Centro. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=353423&modulo=971>>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do trabalho – Reestruturação Produtiva e crise do Sindicalismo.** São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRIST, Michele. O Delineamento de Pesquisa Qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ambulantes não obedecem a fiscais e ficam no Centro.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=1263867>>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Incêndio destrói 122 barracas em praça de Canindé.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=349345&modulo=971>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAPLANTINE, François. **A Descrição Etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Jeitinho e Jeitão:** uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. Em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/11/12/jeitinho-e-jeitao-uma-tentativa-de-interpretacao-do-carater-brasileiro/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

PINTO, Augusto César Magalhães. **Viagem pela História de Canindé:** ensaio cronológico e iconográfico, dos primórdios aos dias atuais. Canindé: Instituto Memória de Canindé, 2003.

RÁDIO JORNAL. **Justiça determina desocupação de calçadas em Canindé.** Disponível

em: <<http://radiojornal540.com/justica-determina-desocupacao-de-calcada.html>>. Acesso em: 15 de março de 2013.

SILVA, Carlos Freire. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. *In*: CABANES, Robert et al. **Saídas de Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (In)Visíveis da Produção Capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na Linha de Sombra, Tecendo as Tramas da Cidade: anotações inconclusas de uma pesquisa. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

VIANA, Cláudia Maria de Pontes; SOUSA, Fátima Juvenal et al. **IPECE - Perfil Básico Municipal 2012**. Disponível em:< http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Caninde.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.